

resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

22 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Síntese curricular

Amândio José de Oliveira Torres, natural de Lisboa, nascido a 22 de Fevereiro de 1953.

Habilitações literárias:

Licenciado em Silvicultura pelo Instituto Superior de Agronomia em 1979;

Estágio na Administração Florestal da Lousã e em Tall Timbers Research Station — Tallahassee, Florida, sobre Técnicas de Fogo Controlado.

Experiência profissional:

1979 — destacado da Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal (DGOGF) para a circunscrição florestal de Coimbra para colaborar nas acções de prevenção e combate a incêndios; Representou a DGOGF numa equipa que em Marselha, avaliou a operacionalidade dos aviões *Canadair*;

1981 — nomeado responsável da Administração Florestal da Lousã, tendo no âmbito dessa função organizado e coordenado anualmente o sistema da DGOGF de prevenção, detecção, combate e apoio logístico ao funcionamento dos meios aéreos do Aeródromo da Lousã;

1981 — integrou o Grupo de Trabalho sobre Meios Aéreos no Combate a Incêndios Florestais (GTMAF), criado por iniciativa conjunta dos Ministérios da Agricultura, da Defesa e da Administração Interna;

1988 e 1990 — responsável pelo serviço de exploração florestal da EMPORSIL e pelo funcionamento do sistema de prevenção e primeira intervenção nas propriedades florestais da SOPORCEL;

1996-1998 — subdirector-geral da Direcção-Geral das Florestas; 1999-2002 — subdirector regional de Agricultura da Beira Litoral;

2005 — director nacional-adjunto da Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais;

Actualmente exercia funções como assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

Despacho n.º 5997/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 18.º e no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 10 495/2005, de 29 de Abril, do Ministro de Estado e da Administração Interna, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de vice-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, o licenciado José Paulo Magalhães Gamito Carrilho.

A presente nomeação fundamenta-se na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

22 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

ANEXO

Síntese curricular

José Paulo Magalhães Gamito Carrilho, natural de Santiago do Cacém, nascido a 24 de Outubro de 1962.

Habilitações literárias:

Licenciado em Direito (variante de Ciências Jurídico-Políticas) pela Universidade Portucalense, Porto, 1989, com a classificação de 14 valores;

Curso de mestrado em Estudos Europeus (área de estudos Político-Jurídicos) da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Braga, 1992, com a classificação de 16 valores.

Situação profissional — inspector principal (escalão 2) do quadro de pessoal de inspecção superior da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça, Ministério da Justiça.

Experiência profissional:

1990-1992 — técnico superior da Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN), Ministério do Planeamento e da Administração do Território;

1992-1993 — técnico superior estagiário na CCRN;

1993-1996 — técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da CCRN;

1996-2000 — técnico superior de 1.ª classe do mesmo quadro de pessoal;

2000-2001 — técnico superior principal do mesmo quadro de pessoal;

Desde 1 de Outubro de 2001 — inspector principal do quadro de pessoal da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça, Ministério da Justiça.

Funções desempenhadas:

1993-1994 — técnico superior principal do Gabinete para os Assuntos Legislativos do Governo de Macau;

1994-1995 — técnico superior assessor do mesmo Gabinete;

1994-1995 — assessor jurídico do Secretário-Adjunto para a Justiça do Governo de Macau;

1997 — adjunto jurídico do Ministro da Defesa Nacional;

1997-1998 — adjunto jurídico do Ministro da Defesa Nacional;

1998-1999 — adjunto jurídico do Ministro da Justiça;

1999-2002 — adjunto jurídico do Ministro da Justiça;

2003 — coordenador de área da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça;

2003-2005 — director do Departamento de Gestão e Apoio Técnico e Membro do Conselho Administrativo do Instituto das Artes, Ministério da Cultura;

Desde 20 de Março de 2005, exercia funções como adjunto jurídico do Ministro da Justiça e como vogal da Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários.

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 3143/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Fevereiro da secretária do Governo Civil do Distrito de Lisboa, é autorizado o abono de vencimento do exercício perdido em 2005 aos seguintes funcionários:

	Dias
Maria Augusta Correia Estaré	10
Lina Maria Mateus Mahomed	30
Maria Cecília da Mata D. G. Antunes	26
Rosinda Beltrão	24
Maria Fernanda Tavares Soeiro	5
João António Ribeiro Mendonça	2
Maria José Grencho Milheiro Coelho	14
Alice Henriqueta Leal Rosado	12
Maria Teresa Simões Vieira Carrasqueiro	30
Zélia Paiva Resende Campos Rodrigues	2
Anabela F. Silva Neves Monteiro	4
Grácia Maria Santos Pinto Fidalgo	13
Maria Manuela Ribeiro Pinto Varela	4
Maria da Conceição Camacho Carreira	5
Ália Rosete Cavaleiro Sardinha	30
Maria José Abreu da Conceição Rodolfo	1
Maria José Ferreira Serpa Fernandes	15
Maria Margarette Silva Tavares de Almeida	8
Maria de Fátima Mestre Correia	2
Ana Sofia Cardoso Baptista Saraiva	16
Maria do Rosário da Silva Vala Santos	4
Henrique José Pereira Inocêncio	2
Regina Adélia Gouveia Santos Martins	30
Maria Alice Rodrigues	22
José Manuel Vaz Velho Ferro	4
Fátima Angélica de Sousa Pereira Macedo	3

24 de Fevereiro de 2006. — A Secretária, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Aviso n.º 3144/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Fevereiro da governadora civil do distrito de Lisboa, é autorizado o abono de vencimento do exercício perdido em 2005 à seguinte funcionária:

Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira — três dias.

24 de Fevereiro de 2006. — A Secretária, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Governo Civil do Distrito do Porto

Aviso n.º 3145/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 212/2001, de 1 de Agosto, e do despacho conjunto n.º 1043/2001, de 29 de Novembro, foram renovados automaticamente

os contratos de provimento dos técnicos superiores de 2.ª classe Marisa Barros Andrade e Pedro Miguel dos Reis Matias, e dos auxiliares administrativos Ana Cristina Mesquita Mourão, Carla Alexandra Pereira Rodrigues e Maria do Rosário Campos Calheiros de Brito Santos.

21 de Fevereiro de 2006. — A Governadora Civil, *Isabel Oneto*.

Governo Civil do Distrito de Setúbal

Despacho n.º 5998/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Fevereiro de 2006 foi nomeada assistente administrativa especialista, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida confirmação de declaração de cabimento orçamental da 4.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, ficando exonerada da categoria que detém a partir da data do despacho, a funcionária Maria Rosália Silva Sérgio Rodrigues. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2006. — A Governadora Civil, *Teresa de Almeida*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 3146/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Janeiro de 2006:

Margarida Maria Delgado Carvalho, natural de Paul de Baixo, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 6 de Junho de 1966 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3147/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Novembro de 2005:

Carlos Eduardo, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 14 de Setembro de 1966 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3148/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2005:

Baltazar Teodoro Manuel Missi, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 27 de Julho de 1970 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3149/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Janeiro de 2006:

Saliu Baldé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Janeiro de 1962 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3150/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Janeiro de 2006:

Mamadú Saliu Jaló, natural de Piche, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 21 de Dezembro de 1960 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3151/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Dezembro de 2005:

Águeda Augusta Fortes Piedade Ramos, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 15 de Novembro de 1972 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3152/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Dezembro de 2005:

Tomé da Costa Alegre Ferreira Gonçalves, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascido em 14 de Março de 1967 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3153/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Dezembro de 2005:

Franqui Mendes, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Junho de 1972 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3154/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Setembro de 2005:

Guilhermina Amélia Gomes Silva, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 25 de Junho de 1963 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3155/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Setembro de 2005:

José Rodrigues Tamba, natural de Tite, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 6 de Setembro de 1963 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82,